

**EXP3 HOLDING E PARTICIPAÇÕES S/A**

Companhia Fechada - CNPJ/MF 55.989.474/0001-08 - NIRE 35300642554  
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2025**

REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2025

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Dia 01 de Dezembro de 2025 às 13:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Viradouro, 63, CNPJ, 141, 14º Andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP: 04538-110. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensada a convocação pela presença da totalidade dos Acionistas. A Assembleia devidamente instalada nos termos do artigo 221 da Lei nº 6.404/76. **3. MESA DIRETORIA:** Os trabalhos foram presididos pelos membros da Mesa Diretora: Guilherme Vilazante Castro e secretariados pela Dra. Vanessa Camila Correia da Silva Lima **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (a) alteração da denominação social da Companhia; (b) alteração de objeto social da Companhia; (c) Carta de renúncia apresentada pelo Diretor Executivo; Eleição e nomeação da nova Diretoria da SOCIEDADE; (d) Alteração do Capítulo V que trata da Administração da Companhia; (e) Consolidação do Estatuto Social. **5. DELIBERAÇÕES** – Dando início aos trabalhos, o Presidente da Assembleia esclareceu que a presente Ata será lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por ações. Informou, ainda, que as declarações de voto de cada participante sobre a matéria que será deliberada, bem como as declarações de não se apresentadas por não comparecimento, que para essa Ata será representada pela Secretaria da Companhia, a quem se declarou a validade da convocação, realizada em 01 de dezembro de 2025, de acordo com a Lei nº 6.404/1976, por isso, está dispensada de realizar a publicação dos documentos referidos no art. 133 da Instrução Normativa R1/2020 – Anexo V. **5.1.1 Quanto à alínea "a" da Ordem do Dia:** O Senhor Presidente colocou a matéria em discussão e votou, por unanimidade, para não alterar, por unanimidade, alterar a denominação social da Companhia, que antes era EXP3 Holding e Participações S/A e passou a ser **NOVA LEOPOLDO INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS S/A**. Diante desta alteração, o Artigo 1º do Estatuto social passa a ter a seguinte redação: **Artigo 1º.** A Companhia, sociedade anônima de capital fechado, possui a denominação social de **NOVA LEOPOLDO INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS S/A** ("a Companhia") e reger-se-á pela lei de sociedades por ações e pelo presente Estatuto. **5.1.2 Quanto à alínea "b" da Ordem do Dia:** O Senhor Presidente colocou a matéria em discussão e votou, tendo sido decidida, por unanimidade, alterar o objeto social da Companhia para excluir as atividades de cobrança e informações cadastrais, bem como as atividades de serviços financeiros, tais como: compra e venda de créditos judiciais; compra e venda de créditos em processos de falência e recuperação judicial; compra e venda de precatórios. Decidem os acionistas incluir: a exploração das atividades de construção, incorporação e/ou loteamento de imóveis comerciais, locação e administração de imóveis próprios, a administração/gestão de participações, obras e consultoria imobiliária e locação de equipamentos; outras sociedades de participação, exceto holdings. Diante disso, o Capítulo II do Estatuto Social que trata do Objeto, no artigo 4º passa a ter a seguinte redação: **CAPÍTULO II: DO OBJETO SOCIAL: Artigo 4º** A sociedade em por objeto social as atividades empresariais relacionadas a: (i) holding patrimonial ou Holdings de instituições não financeiras que tenha por atividade participar do capital social de uma ou um grupo de empresas com atividades preponderantemente não financeiras, podendo ou não exercer funções de gestão e administração dos negócios da empresa do grupo; (ii) consultoria e gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (iii) a exploração das atividades de construção, incorporação e/ou loteamento de imóveis; (iv) a comercialização, locação e administração de imóveis próprios; (v) a administração/gestão de participações de obras e consultoria imobiliária e locação de equipamentos; (vi) outras sociedades de participação, exceto holdings. **5.1.3 Quanto à alínea "c" da Ordem do Dia:** Decidem os acionistas, aceitar a carta de renúncia ao cargo apresentada (ANEXO II) pelo Diretor Diretor o Sr. **ROBERTO CAMPOS MARINHO FILHO**, brasileiro, nascido em 17/05/1975, casado, empresário, inscrito no CPF no nº 710.666.084-15, portador da cédula de identidade RG nº 65.363.278-2 SSP/SP, com endereço comercial na sede da Companhia. Ao continuar, os acionistas decidem, por unanimidade, eleger e nomear para o cargo de Diretor o Sr. **GUILHERME VILAZANTE CASTRO**, brasileiro, casado, empresário, nascido em 26/08/1978, inscrito no CPF sob nº 7.699.608.461-53, portador da cédula de identidade RG nº 12960846153 SSP/DF, com endereço comercial na Rua Viradouro, 63, CJ 141, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-110, **com mandato previsto até 30 de novembro de 2027**, O Diretor, ora eleito, declara não estar impedido por Lei Especial e nem condenado ou sob efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração da Companhia, conforme o Termo de Posse anexo (ANEXO II), devidamente arquivados na sede da Companhia. **5.1.4 Quanto à alínea "d" da Ordem do Dia:** Por unanimidade, os acionistas decidem alterar os Artigos 15 ao 18 do Estatuto Social primitivo, que trata da administração e dos poderes de representação da diretoria. Diante disso, os artigos 15 a 18 passam a ter a seguinte redação: **CAPÍTULO V: DA ADMINISTRAÇÃO: Artigo 15º.** A Companhia será composta por (1um) Diretor Executivo, escolhido e eleito pela Assembleia Geral, acionistas ou não, residentes no País, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito por igual período. **Parágrafo Primeiro.** Eventual demora na eleição e investidura da nova Diretoria importará na prorrogação automática do exercício das funções administrativas pela Diretoria sucedida, até que se verifiquem aqueles atos. **Parágrafo Segundo:** O Diretor fica dispensado de prestar qualquer garantia ou caução para o exercício de seus cargos. **Artigo 16º.** Compete isoladamente ao Diretor executivo, a representação ativa e passiva da Companhia, judicial ou extrajudicialmente, perante terceiros e autoridades públicas em geral, exercendo os poderes gerais de Administração, sempre sujeitos às limitações e aprovações previstas neste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - O Diretor Executivo terá poderes limitados à administração ordinária e à representação da sociedade em atos do dia a dia, sendo autorizados o uso do nome empresarial exclusivamente para fins alheios ao objeto social da sociedade. Fica vedado o Diretor praticar atos de administração extraordinária, incluindo, mas não se limitando a aqueles que envolvam obrigações em favor de qualquer dos acionistas ou de terceiros, ou atividades estranhas ao interesse da sociedade, sem as aprovações prévias exigidas neste Estatuto Social. **Parágrafo Segundo** - Os acionistas concordam que quaisquer decisões referentes às seguintes matérias devem ser previamente aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976, com alterações posteriores), podendo referida aprovação se dar por deliberação em assembleia devidamente convocada e instalada, salvo se o caso concreto permitir aprovação por outros meios previstos em lei: (i) aumento ou redução de capital, emissão de qualquer título ou valor mobiliário conversível em ou representativo de ações ou quotas, e fixação do preço de emissão; (ii) emissão de novas ações ou quotas, se aplicável, ou mudança nas características, direitos e privilégios das ações ou quotas de emissão da Sociedade; (iii) realização de permuta ou dação em pagamento mediante utilização de ações ou quotas de emissão da Sociedade; (iv) qualquer incorporação, incorporação de ações, qualquer forma de reorganização societária, fusão, cisão, conferência (drop down) de ativos e passivos envolvendo o Sociedade; (v) alteração de quaisquer termos das política de dividendos da Sociedade; (vi) mudança de tipo societário ou de sede, jurisdição e lei aplicável; (vii) mudança no objeto social da Sociedade; (viii) dissolução, processo de reorganização judicial ou extrajudicial, atos voluntários de reorganização financeira, falência, liquidação ou extinção, bem como eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação; (ix) aprovação das contas anuais da Sociedade; (x) alteração de qualquer disposição do estatuto social; (xi) aprovação de qualquer plano de opção de compra de ações, participação nos lucros ou plano de remuneração similar e quaisquer atrações a eles; (xii) aprovação da alienação de parte ou do totalidade da Sociedade; (xiii) estabelecimento dos diretrizes estratégicas gerais da Sociedade; (xiv) aprovação de distribuição de dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre capital próprio pela Sociedade; (xv) constituição de Sociedade, aquisição, alienação ou oneração pelo Sociedade de participação no capital social de outras sociedades, associações e/ou joint ventures, bem como a criação de quaisquer parcerias, consórcios, joint ventures ou associações similares relevantes com terceiros; (xvi) adquirir, alienar, onerar, prometer vender ou dar em garantia bens imóveis; (xvii) contrair empréstimos, financiamentos, garantias ou obrigações cujo valor individual ou conjunto, em um mesmo exercício social, ultrapasse R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); (xviii) conceder avais, fianças, garantias ou coobrigações de qualquer natureza, inclusive em favor de subsidiárias ou terceiros; (xix) celebrar contratos de fornecimento, prestação de serviços, arrendamento ou parceria com prazo superior a 12 (doze) meses, ou que envolvam valor global superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); (xi) realizar operações financeiras, de câmbio ou de derivativos não diretamente relacionados às atividades operacionais; (xii) efetuar doações, perdas de dívida, adiamentos ou liberalidades de qualquer natureza; (xiii) toda e qualquer operação de crédito, incluindo, mas não se limitando a empréstimos, financiamentos, emissão de títulos de dívida ou assunção de obrigações financeiras; (xiii) toda e qualquer venda ou alienação de ativos, móveis ou imóveis, independentemente de valor; (xv) contratações de funcionários, prestadores de serviços ou consultores cujo valor anual ultrapasse R\$ 100.000,00 (cem mil reais). **Parágrafo Terceiro** - Os poderes dos Diretores são expressamente limitados aos atos de gestão ordinária, não abrangendo atos de disposição ou oneração que possam importarem o patrimônio da Sociedade sem a devida aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Qualquer violação às limitações aqui estabelecidas poderá acarretar responsabilidade pessoal dos Diretores, nos termos da lei. **Artigo 17º** - A Diretoria se reunirá periodicamente sempre que se fizer necessário para o interesse social, mediante convocação de qualquer de seus membros, por meio de carta ou notificação eletrônica (e-mail) com 7 (sete) dias de antecedência, instalando-se com a presença da maioria dos membros. **Parágrafo Primeiro** - Fica dispensado de convocação a reunião da Diretoria em que todos os membros estejam presentes. **Parágrafo Segundo** - Ocorrendo eventual empate nas deliberações dos Diretores, caberá à Assembleia Geral o exercício do respectivo voto de desempate, aprovando ou rejeitando a matéria posta em votação. **Parágrafo Terceiro** - A cada reunião da Diretoria, o Diretor, nos termos deste Estatuto Social, da lei ou de qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, praticar atos que dependam de prévia aprovação ou autorização da Assembleia Geral, antes de obtida a respectiva aprovação ou autorização. **Artigo 18º** - Na constituição de procuradores, observar-se-á o seguinte: (a) Os instrumentos de mandato serão sempre outorgados pelo Diretor Executivo, não podendo ter prazo superior a 1 (um) ano, salvo aqueles com finalidade "ad iudicium", que poderão ter prazo indeterminado. (b) Na hipótese de o mandato ter por objeto a prática de atos que dependam de autorização da Assembleia Geral, o efetivo exercício de tais atos ficará expressamente condicionado à obtenção da pertinente autorização. **5.1.5 Quanto à alínea "e" da Ordem do Dia:** Decidem os acionistas, de forma unânime, consolidar as alterações deliberadas no Estatuto Social, conforme ANEXO III. **6. ENCERRAMENTO:** Foram encerrados os trabalhos e suspensa a presente assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes, sendo esta cópia fiel e verdadeira em livro próprio. **Mesa:** Presidente, Sr. Roberto Campos Marinho Filho e Secretária Dra. Vanessa Camila Correia da Silva Lima. **ASSINATURAS:** Guilherme Vilazante Castro - Presidente de mesa, Vanessa Camila Correia da Silva Lima - Secretária e Advogada - OAB/PE 293.034, NOVA LEOPOLDO INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS S/A - (nova denominação da EXP3 Holding e Participações S/A) - Companhia Fechada - CNPJ/MF 55.989.474/0001-08 - NIRE 35300642554 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2025 - ANEXO III: ESTATUTO SOCIAL: CAPÍTULO I: DA DENOMINAÇÃO SEDE E DURAÇÃO: Artigo 1º. A Companhia, sociedade anônima de capital fechado, possui a denominação social de **NOVA LEOPOLDO INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS S.A.** ("a Companhia") e reger-se-á pela lei de sociedades por ações e pelo presente Estatuto. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Rua Viradouro, nº 63, 14º Andar, CNPJ, 141, Itaim Bibi, na cidade de Cotia/SP, CEP 04538-110, podendo abrir filiais, escritórios ou estabelecimentos e exercer suas atividades em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado, iniciando suas atividades na data do arquivamento de seus atos constitutivos na Junta Comercial do Estado de São Paulo. **CAPÍTULO II: DO OBJETO SOCIAL: Artigo 4º.** A sociedade em por objeto social as atividades empresariais relacionadas a: (i) holding patrimonial ou Holdings de instituições não financeiras que tenha por atividade participar do capital social de uma ou um grupo de empresas com atividades preponderantemente não financeiras, podendo ou não exercer funções de gestão e administração dos negócios da empresa do grupo; (ii) consultoria e gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (iii) a exploração das atividades de construção, incorporação e/ou loteamento de imóveis; (iv) a comercialização, locação e administração de imóveis próprios; (v) a administração/gestão de participações de obras e consultoria imobiliária e locação de equipamentos; (vi) outras sociedades de participação, exceto holdings. **CAPÍTULO III: DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em dinheiro, moeda corrente no país, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), divididos em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, todas nominativas, não endossáveis, sem valor nominal. **Artigo 6º.** As ações ordinárias são de uma única classe e possuem exclusivamente o direito de voto, sendo que a cada uma dessas ações caberá um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **Artigo 7º.** A emissão de ações da Companhia para integralização em dinheiro, bens e/ou créditos, far-se-á por deliberação da Assembleia Geral aplicando-se, quando couber, o disposto no art. 8º da Lei nº 6.404/76. **Artigo 8º.** As ações não serão representadas por registros presumindo-se a

Artigo 11, quando se fizer necessário, autorizar a criação e emissão de ações de outras espécies, bem como a emissão de partes beneficiárias, bônus de subscrição e debêntures, nas condições e termos discutidos e aprovados na referida assembleia. **CAPÍTULO IV: DA ASSEMBLEIA GERAL: Artigo 10.** A Assembleia Geral reunir-se-á (i) ordinariamente nos quatro primeiros meses após o término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76, e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou as leis assim exigirem. **Artigo 11.** A Assembleia Geral será convocada por qualquer dos Diretores, sem prejuízo do disposto no Parágrafo único do art. 123 da Lei nº 6.404/76, através da carta de convocação com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, destinada a todos os acionistas, a qual deverá ser encaminhada ao endereço indicado pelo acionista perante a Companhia e deverá constar além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. **Parágrafo Primeiro.** A convocação particular de que se trata o Artigo 11 acima não dispensa a convocação mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, na forma do parágrafo primeiro do art. 124 da Lei nº 6.404/76. Será, contudo, considerada regular e eficaz, independentemente das formalidades de convocação, a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral será presidida por qualquer dos Diretores e, na ausência destes, por um acionista escolhido entre os presentes, o qual convidará, para secretário, outro acionista. **Parágrafo Terceiro:** Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, e com poderes especiais designados para a questão. **Artigo 12.** Compete à Assembleia Geral Ordinária, na forma do art. 132 da Lei nº 6404/76: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, em conformidade com as disposições estatutárias e legais; e c) eleger ou destituir os administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia. **Parágrafo Único:** Compete à Assembleia Geral Extraordinária, por sua vez: a) reformar o estatuto social; b) autorizar a emissão de debêntures, partes beneficiárias e outros valores mobiliários; c) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; d) deliberar sobre a abertura ou fechamento de capital da Companhia; e) autorizar a criação de outras classes ou espécies de ações, bem como alterar as preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferências; f) deliberar sobre a avaliação de bens com o acionista concorrendo para a formação do capital social; g) deliberar sobre a participação em grupo de sociedades; h) estabelecer os objetivos e a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo o planejamento estratégico de médio e longo prazos e orçamentos anuais; i) autorizar o pagamento de juros sobre o capital próprio, na forma da legislação vigente; j) fixar as normas de política operacional, inclusive os critérios e limites de operações e os níveis de alçada dos Diretores, inclusive para operações de financiamento, prestação de garantias reais ou fiduciárias, concessão de aval ou fiança, repasse de recursos internos e externos e normas relativas a compras; k) destituir e eleger, a qualquer tempo, os administradores; l) fixar política de investimentos e de remuneração da Companhia, incluindo a distribuição de dividendos e bônus e a concessão de ações ou opção de compra de ações; m) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata; e n) aprovar negociações e documentos que desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia. **Artigo 13.** A instalação da Assembleia Geral dar-se-á, em primeira e segunda convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social com direito a voto. **Artigo 14.** As matérias submetidas à deliberação e votação da Assembleia Geral serão aprovadas pelos acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social com direito a voto, observado o disposto no parágrafo seguinte. **Parágrafo Único.** Dependendo da deliberação dos acionistas que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social com direito a voto, as deliberações da Assembleia Geral atinentes a: (i) transformação da Companhia em outro tipo; (ii) incorporação de outras ou por outras empresas; (iii) cisão total ou parcial; (iv) fusão; (v) alteração do objeto social, que desnature radicalmente as atividades da Companhia; (vi) dissolução, liquidação ou extinção, ressalvada a indicação do liquidante; (vii) autorização para que os administradores confessem falência ou requeiram recuperação judicial, ficando nesse caso dispensada a indicação da matéria a ser tratada na carta convocatória; (viii) reforma do estatuto social; (ix) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos administradores e fiscais da Companhia, ressalvado o disposto no inciso II do artigo 142 da Lei nº 6.404/76; e (x) avaliação de bens com o acionista concorrendo para a formação do capital social. **CAPÍTULO V: DA ADMINISTRAÇÃO: Artigo 15º.** A Companhia será composta por 1(um) Diretor Executivo, escolhido e eleito pela Assembleia Geral, acionistas ou não, residentes no País, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleito por igual período. **Parágrafo Primeiro:** Eventual demora na eleição e investidura da nova Diretoria importará na prorrogação automática do exercício das funções administrativas pela Diretoria sucedida, até que se verifiquem aqueles atos. **Parágrafo Segundo:** O Diretor fica dispensado de prestar qualquer garantia ou caução para o exercício de seus cargos. **Artigo 16º.** Compete isoladamente ao Diretor executivo, a representação ativa e passiva da Companhia, judicial ou extrajudicialmente, perante terceiros e autoridades públicas em geral, exercendo os poderes gerais de Administração, sempre sujeitos às limitações e aprovações previstas neste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - O Diretor Executivo terá poderes limitados à administração ordinária e à representação da sociedade em atos do dia a dia, sendo autorizado o uso do nome empresarial exclusivamente para fins alinhados ao objeto social da sociedade. Fica vedado ao Diretor praticar atos de administração extraordinária, incluindo, mas não se limitando a aqueles que envolvam obrigações em favor de qualquer dos acionistas ou de terceiros, ou atividades estranhas ao interesse da sociedade, sem as aprovações prévias exigidas neste Estatuto Social. **Parágrafo Segundo** - Os acionistas concordam que quaisquer decisões referentes às seguintes matérias devem ser previamente aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976, com alterações posteriores), podendo referida aprovação se dar por deliberação em assembleia devidamente convocada e instalada, salvo se o caso concreto permitir aprovação por outros meios previstos em lei: (i) aumento ou redução de capital, emissão de qualquer título ou valor mobiliário conversível em ou representativo de ações ou quotas, e fixação do preço de emissão; (ii) emissão de novas ações ou quotas, se aplicável, ou mudança nas características, direitos e privilégios das ações ou quotas de emissão da Sociedade; (iii) realização de permuta ou dação em pagamento mediante utilização de ações ou quotas de emissão da Sociedade; (iv) fusão, incorporação, incorporação de ações, qualquer forma de reorganização societária, fusão, cisão, conferência (drop down) de ativos e passivos envolvendo a Sociedade; (v) alteração de quaisquer termos da política de dividendos da Sociedade; (vi) mudança de tipo societário ou de sede, jurisdição e lei aplicável; (vii) mudança no objeto social da Sociedade; (viii) dissolução, processo de reorganização judicial ou extrajudicial, atos voluntários de reorganização financeira, falência, liquidação ou extinção, bem como eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação; (ix) aprovação das contas anuais da Sociedade; (x) alterações de qualquer disposição do estatuto social; (xi) aprovação de qualquer plano de opção de compra de ações, participação nos lucros ou plano de remuneração similar e quaisquer alterações a eles; (xii) aprovação da alienação de parte ou da totalidade da Sociedade; (xiii) estabelecimento das diretrizes estratégicas gerais da Sociedade; (xiv) aprovação de distribuição de dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre capital próprio pela Sociedade; (v) constituição de Sociedade, aquisição, alienação ou oneração pela Sociedade de participação no capital social de outras sociedades, associações e/ou joint ventures, bem como a criação de quaisquer parcerias, consórcios, joint ventures ou associações similares relevantes com terceiros; (vi) adquirir, alienar, onerar, prometer vender ou dar em garantia bens imóveis; (viii) contrair empréstimos, financiamentos, garantias ou obrigações com valor individual ou conjunto, em um mesmo exercício social, ultrapasse R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); (viii) conceder avais, fianças, garantias ou cobranças de qualquer natureza, inclusive em favor de subsidiárias ou terceiros; (ix) celebrar contratos de fornecimento, prestação de serviços, arrendamento ou parceria com prazo superior a 12 (doze) meses, ou que envolvam valor global superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); (x) realizar operações financeiras, de câmbio ou de derivativos não diretamente relacionadas às atividades operacionais; (xi) efetuar doações, perdas de dívida, adiantamentos ou liberalidades de qualquer natureza; (xii) toda e qualquer operação de crédito, incluindo, mas não se limitando a empréstimos, financiamentos, emissão de títulos de dívida ou assunção de obrigações financeiras; (xiii) toda e qualquer venda ou alienação de ativos, móveis ou imóveis, independentemente de valor; (xiv) contratações de funcionários, prestadores de serviços ou consultores cujo valor anual ultrapasse R\$ 100.000,00 (cem mil reais). **Parágrafo Terceiro** - Os poderes dos Diretores são expressamente limitados aos atos de gestão ordinária, não abrangendo atos de disposição ou oneração que possam impactar o patrimônio da Sociedade sem a devida aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Qualquer violação às limitações aqui estabelecidas poderá acarretar responsabilidade pessoal dos Diretores, nos termos da Lei. **Artigo 17º** - A Diretoria se reunirá periodicamente sempre que se fizer necessário para o interesse social, mediante convocação de qualquer de seus membros, por meio de carta ou notificação eletrônica (e-mail) com 7 (sete) dias de antecedência, instalando-se com a presença da maioria dos membros. **Parágrafo Primeiro** - Fica dispensada de convocação a reunião da Diretoria em que todos os membros estejam presentes. **Parágrafo Segundo** - Ocorrendo eventual empate nas deliberações dos Diretores, caberá à Assembleia Geral o exercício do respectivo voto de desempate, aprovando ou rejeitando a matéria posta em votação. **Parágrafo Terceiro** - A cada reunião da Diretoria lavrar-se-á ata, em livro especial, assinada pelos Diretores presentes. **Parágrafo Quarto** - É vedado à Diretoria, nos termos deste Estatuto Social, da lei ou de qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, praticar atos que dependam de prévia aprovação ou autorização da Assembleia Geral, antes de obter a respectiva aprovação ou autorização. **Artigo 18º** - Na constituição de procuradores, observem-se a seguinte: [a] Os instrumentos de mandato serão sempre outorgados pelo Diretor Executivo, não podendo ter prazo superior a 1 (um) ano, salvo aqueles com finalidade "ad iudicia", que poderão ter prazo indeterminado. [b] Na hipótese de o mandato ter por objeto a prática de atos que dependem de autorização da Assembleia Geral, o efetivo exercício de tais atos ficará expressamente condicionado à obtenção da pertinente autorização. **CAPÍTULO VI: DO CONSELHO FISCAL: Artigo 19.** A Companhia terá um Conselho Fiscal com funcionamento não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, pessoas naturais, residentes no País, que atendam aos requisitos legais. **Artigo 20.** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral na forma da lei. **Parágrafo Único.** A deliberação da Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal elegerá os seus membros com observância das disposições legais, fixará a sua remuneração, bem como determinará seu prazo de duração. **Artigo 21.** Os membros do Conselho Fiscal, quando este estiver em funcionamento, terão a competência, os deveres e responsabilidade previstos na Lei 22/68. Em caso de impedimento, ausência, ou vaga, os membros efetivos serão substituídos pelos membros suplentes na ordem de sua nomeação constante da Ata de Assembleia Geral que os houver eleito. **CAPÍTULO VII: DO EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS: Artigo 23.** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, data em que se levantará o balanço geral e as demais demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação da Assembleia Geral, declarar e distribuir dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros. **Artigo 24.** Dos resultados apurados, serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento), conforme a Lei nº 6.404/76; b) 5% (cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404/76; e c) o saldo terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **Parágrafo Único.** O pagamento de dividendos deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias da deliberação da Assembleia Geral que aprovar a respectiva distribuição, atualizado monetariamente pela variação do IGP-M divulgado pela FGV, *pro rata die*. Sendo que os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia. **CAPÍTULO VIII: DOS ACORDOS DE ACIONISTAS: Artigo 25.** Nos termos do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, quaisquer acordos de acionistas que estabeleça as condições de compra e venda de suas ações, o direito de preferência na compra das mesmas, o exercício do direito de voto ou outras vantagens serão arquivados na sede da Companhia e averbados em seus livros de registro, devendo ser sempre observados pela Companhia e pelos acionistas signatários. **Parágrafo Único.** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral deverá declarar a invalidade do voto proferido pelo acionista ou liquidador em contrariedade com os termos de tais acordos. **CAPÍTULO IX: DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO: Artigo 26.** A Companhia se dissolverá nos casos previstos na lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante, fixar sua remuneração e instalar o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período de liquidação. **Parágrafo Único.** O liquidante terá os deveres e poderes que a lei lhe confere e, em todos os atos e operações realizadas em nome da Companhia, deverá usar a denominação social da Companhia seguida das palavras "Em liquidação". **CAPÍTULO X: DO FORO: Artigo 27.** Com a expressa renúncia de qualquer outro, mais privilegiado que seja, fica eleito o foro da Comarca de São Paulo/SP, para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias referentes ao presente.

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2021, que institui a  
Infraestrutura da Chaves Públicas  
Brasileira- ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>